

Quilombolas e educação: vivências de ações afirmativas em três regiões brasileiras

Quilombolas and Education: Experiences of Affirmative Actions in three Brazilian regions

Arilson dos Santos Gomes*

Resumo: O presente trabalho visa a evidenciar, à luz da teoria da pluralidade dos novos saberes, três propostas desenvolvidas no âmbito das Ações Afirmativas, no que tange à educação formal e informal quilombola e ao acesso de quilombolas a projetos específicos, executados em três cidades brasileiras: Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul; Marabá, situada na região sudeste do Pará, e Redenção, localizada na região do Maciço do Baturité, no Ceará. Por meio de experiências *in loco*, de observações e da participação como formador e membro de comissões avaliadoras de políticas específicas em universidades, pode-se constatar, entre 2009 e 2018, resultados das políticas demandadas pelas populações quilombolas. Conclui-se que as ações das comunidades tradicionais são fundamentais para a superação da monocultura do saber para a construção

Abstract: The present work aims to highlight, in the light of the theory of plurality of new knowledges, three proposals developed in the cope of Affirmative Actions regarding quilombola formal and informal education and the access of quilombolas to specific projects executed in three Brazilian regions: Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul; Marabá, located in the Southeast region of Pará, and Redenção, located in the region of the Baturité Massif, in the state of Ceará. Through experiments *in loco*, of observations and of the participation as instructor and member of commissions evaluators of specific policies in universitys, you can check the results of the policies demanded by quilombola populations between 2009 and 2018. It is concluded that the actions of the traditional communities are fundamental for overcoming the monoculture of the know to the

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS). Professor nos cursos de Antropologia e de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). *E-mail:* arilsonsds@unilab.edu.br

de uma ecologia dos saberes, que seja potencializadora para a educação das relações étnico-raciais, bem como para a institucionalização das políticas de Ações Afirmativas na sociedade e nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Quilombolas. Ecologia dos saberes. Educação. Vivências.

construction of an ecology of the knows that is potentiating for the education of ethnic-racial relations as well as for the institutionalization of Affirmative Action policies in society and in universities brazilians.

Keywords: Affirmative Actions. Quilombolas. Ecology of the Knows. Education. Experiences.

Este artigo é resultado das instigações motivadas pelas participações nestes três relevantes processos educativos e seletivos executados em distintas regiões do País – nas regiões Sul, Norte e Nordeste. Com propostas diferenciadas, tiveram como objetivos principais inserir sujeitos quilombolas em espaços sociais, assim como garantir, além dos acessos, permanências com qualidade, tanto no projeto desenvolvido entre órgãos públicos e uma organização social negra, como em ações demandadas nas universidades que, de modo comum, asseguram direitos à cidadania dos quilombolas, considerando sua identidade com os elementos inerentes ao seu “Ser”.

A primeira vivência a ser examinada foi a desenvolvida na função de “Instrutor de História” nas atividades do Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre, em 2014. A segunda advém da participação na “Comissão Avaliadora e na Orientação da Monitoria Quilombola”, realizada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Marabá, no ano de 2017. A terceira compõe as atividades como membro da “Comissão Avaliadora para Ingresso no Processo Seletivo Especial Quilombola e Indígena”, do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), ocorrida em 2018.

Portanto, incitado pela atuação docente em diferentes regiões do Brasil, em que as temáticas da história e da cultura afro-brasileira foram constantes, este trabalho questiona: Como as Ações Afirmativas em torno das questões quilombolas estão sendo desenvolvidas, em algumas regiões brasileiras? Com base em experiências vivenciadas, percebeu-se que as Ações Afirmativas para quilombolas, paulatinamente, estão sendo aplicadas a partir de parcerias públicas com organizações sociais e das agendas das novas universidades públicas brasileiras, como a Unifesspa e a Unilab.

O referencial teórico do trabalho parte da ecologia dos saberes, em que a pluralidade dos conhecimentos, advindos dos grupos sociais, contribui para a ciência moderna e configura-se como epistemologias legítimas de prática científica. Tal situação coloca os sujeitos quilombolas e suas subjetividades como elementos importantes na criação de saberes, que potencializam ações específicas na luta contra o racismo na sociedade e nas universidades brasileiras. Em conformidade com Nilma Gomes, em seu estudo sobre os intelectuais negros e a produção de conhecimento, entende-se que as conquistas dos quilombolas também “[...] representam o resultado das pressões dos movimentos sociais de caráter identitário e os seus sujeitos sobre o campo da produção acadêmica” (GOMES, 2009, p. 420), a exemplo das mulheres, dos indígenas, dos homossexuais e do movimento negro.

Em ordem cronológica, será destacada cada uma das iniciativas, de forma a compreender os contextos históricos, sociais e geográficos dos espaços de elaboração dos projetos, seus objetivos, os agentes envolvidos e seus resultados.

Para a consecução da narrativa, o texto abordará a origem das Ações Afirmativas no Brasil, a participação dos remanescentes de quilombos na educação e, por fim, demonstrará três propostas de inserções quilombolas em três regiões brasileiras.

Ações afirmativas: um processo histórico

Embora os representantes das populações negras, por intermédio de suas organizações sociais e de seus indivíduos, jamais tenham utilizado a expressão “ações afirmativas” para suas reivindicações, antes da década de 1970, a exigência por melhores condições sociais ao longo da História foi um processo de lutas.¹

Em meados dos anos 1980, deputados, com uma agenda voltada para situações cotidianas das populações negras, são eleitos para a Câmara Federal, com destaques para Abdias do Nascimento (1914-2011), Carlos Alberto Oliveira e Carlos Santos da Silva Santos (1905-1989), entre outros. (GOMES, 2014; SANTOS, 2009). Nesse período, alguns quadros femininos se distinguiram no movimento social negro, como a sergipana Maria Beatriz do Nascimento (1942-1995) e a mineira Lélia de Almeida Gonzales (1935-1994), sendo esta última candidata à deputada.²

As pressões organizadas pelos movimentos sociais negros brasileiros e de seus ditos líderes políticos influenciaram diretamente as legislações municipais, estaduais e federais brasileiras. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o art. 68 reconheceu o direito das terras aos remanescentes de quilombos, sendo esse ano o de fundação da primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cultura.³

Em 5 de janeiro de 1989, foi decretada a Lei 7.716, que ficou conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor, o deputado negro Carlos Alberto de Oliveira (1941-2018). A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Na década de 1990, por meio de marchas e manifestações, as populações negras seguiram lutando por direitos. “A Marcha Zumbi dos Palmares pela vida e contra todas as formas de discriminação, realizada em 20 de novembro de 1995, é considerada um marco para as relações raciais no Brasil.” (SILVA; TRIGO; MARÇAL, 2015, p. 250-251).

O documento produzido pela referida Marcha compõe-se de três partes: a primeira, afirma que o mito da democracia racial estava destruído e apresenta a exigência de ações efetivas do Estado; a segunda, apresenta um diagnóstico que aponta a existência de avanços e a persistência de práticas racistas, e a terceira, trata de um programa de superação do racismo e da desigualdade racial, que dá destaque para a educação, mas que também se amplia para a temática dos quilombos.

Em 1995, na Marcha, o assunto “quilombos” ressurgiu, e a reflexão se amplia por muitos estados brasileiros, o que é bastante relevante na visão, se for levada em conta que essa problemática estava limitada à ação da Comissão Pastoral da Terra e ao Ministério Público Federal, em torno de um único território, qual seja, o rio das Rãs, na Bahia. (ARRUTI, 2006, FIABANI, 2015, SILVA, 2006).

No Brasil, as primeiras medidas de Ação Afirmativa do tipo “cotas” foram voltadas para a promoção da entrada de deficientes físicos no mercado de trabalho. Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, pela primeira vez foi considerada a possibilidade de implantação de políticas de ação afirmativa em nível federal. (LIMA et al., 2014).

Uma ação afirmativa visa a reparar necessidades de grupos que, por algum motivo, tiveram suas condições materiais historicamente prejudicadas. Nos países onde já foram implementadas – Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, entre outros – visam a oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado devido à sua situação de vítimas do racismo. (MUNANGA, 2003, p. 117). Nos Estados Unidos, ações desse tipo tiveram origem nos anos de 1960, já que os negros norte-americanos eram proibidos de andar livremente nas ruas e nos ônibus e frequentar escolas. As ações afirmativas eram “[...] uma preocupação para se evitar as discriminações daqueles que foram historicamente discriminados, antes de uma definição específica de cotas ou preferências”. (SILVA, 2003, p. 28).

Um acontecimento internacional fundamental, para entender o avanço das políticas atuais, foi a “III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlatas”, ocorrida em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.

O impacto de Durban no Brasil foi sentido na expansão da discussão e das ações dentro da temática racial brasileira, com destaque para a Lei 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), como parte do reconhecimento do Estado por demandas específicas para a população negra. As discussões sobre cotas e promoções de políticas de igualdade racial estenderam o tema do racismo para ONGs, universidades e a outros setores da sociedade civil. A partir daí, ocorreram vários avanços acadêmicos, políticos e jurídicos.

Em 2003, foi decretada a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que instaurou a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos currículos escolares. No ano seguinte, foram criadas as Diretrizes Curriculares 03/2004, documento que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, demonstrando que essas políticas tencionaram elementos propositivos profundos na educação brasileira para além da discussão de cotas.⁴

Em 20 de julho de 2010, foi publicado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288) e criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). (Lei 12.289).

A Unilab é uma instituição que tem como objetivo ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos.

Em 10 de novembro de 2011, foi promulgada a Lei 12.519, que instituiu o dia 20 de novembro como data nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado anualmente; demanda surgida dos negros porto-alegrenses do Grupo Palmares (1971-1978). Em 2012, além da reserva de vagas em concursos públicos pela Lei das Cotas,⁵ outro avanço importante foi a publicação da Resolução 8, de 20 de novembro, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica.

Quilombos, quilombolas e educação

As pesquisas sobre quilombos e seus remanescentes convergem, em seus resultados, quanto à definição do termo *quilombo* da época colonial ao seu novo significado. (ANJOS, 2004; ARRUTI, 2006; FIABANI, 2005; SILVA, 2006). Em certa medida, a dominação da época da escravidão não foi capaz de impedir que, nas fissuras do sistema, o grupo social negro escravizado resistisse à subordinação imposta pelo poder colonial português. Esse poder não impediu que os negros se reapropriassem dos conteúdos de sua diversidade étnica e construíssem ou reconstruíssem identidades, estabelecendo, a partir delas, vínculos diretos com a terra. O exemplo clássico foram os quilombos. (SILVA, 2006).

Na época, o termo *quilombo* representava um lugar de negros fugidos, com destaque para os Quilombos dos Palmares (XVII) – liderado por Ganga Zumba e Zumbi – localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, o qual se tornou o mais conhecido da historiografia brasileira. (CARNEIRO, 1958). Segundo Kabengele Munanga, a terminologia *quilombo* já era utilizada antes, no continente africano, com origem do quimbundo (língua de cultura banto), significando *união*, aldeia ou acampamento guerreiro na floresta. (MUNANGA, 1995/1996).

Georgina Nunes explica:

O termo remanescente, deriva da palavra remanescer, cujo sinônimo é sobre, subverte a etimologia da palavra. Comunidade remanescente de quilombo não é resíduo, mas sim complementaridade, continuidade que, em outros tempos, produz em diferentes lógicas de se tecer relações, enfrentamentos e outros modos de vida assoprados pelos ancestrais. (NUNES, 2008, p. 200).

Além dos ancestrais, existem outros fatores contemporâneos que representam os remanescentes, como a terra. Para Ilka Boa Ventura Leite, a terra é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado, do modo coletivo de vida dessas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define. (LEITE, 2000).

A partir da contribuição da Antropologia Social ao conceito contemporâneo de quilombo, evidencia-se uma transformação com a concepção de quilombo forjada no período colonial, ampliando a discussão para uma perspectiva mais ampla, que incorpora outros vieses como a definição político-administrativa, o debate fundiário e a própria comunidade quilombola. Portanto, há um relativo consenso entre militantes do movimento negro, políticos, antropólogos, legisladores e historiadores, de que o significado atribuído à categoria não pode se restringir ao elaborado pelas forças repressivas coloniais. (FIABANI; 2005; LEITE, 2000; RUBERT, 2010).

Assim, o conceito contemporâneo de quilombo leva em consideração a presença de comunidades ou agrupamentos, cujas práticas cotidianas, na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos, contribuam para a consolidação de um território próprio, valorizando elementos como histórias de resistências, experiências coletivas e diferentes trajetórias históricas e políticas de determinada coletividade. (LEITE, 2000).

A FCP é o órgão governamental responsável pelas certificações das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), sendo que, em dados atualizados, existem 3.018 espaços registrados e certificados pelo órgão. Quanto à emissão de títulos de posse das terras, esses ficam sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), que – a passos lentos, mas constantes –, até o ano de 2016, titulou apenas 165 terras quilombolas, enquanto 1.525 estão em processo de regularização (FOLHA DE S. PAULO, 20 de novembro de 2016, *sp.*).⁶

Destaca-se que, além das comunidades quilombolas rurais, existem em menor número as comunidades tradicionais quilombolas urbanas. Esses quilombos são formados, principalmente, por grupos que viviam ao redor de grandes cidades e foram englobados pelo crescimento urbano dos municípios, além de populações que habitavam áreas que passaram a ser valorizadas pela especulação imobiliária. “Muitas dessas comunidades, a partir do século XX, foram obrigadas a se deslocar para áreas da periferia para dar lugar a projetos de revitalização e embelezamento.” (Observatório Quilombola Koinonia apud NUNES, 2008, p. 202). O primeiro quilombo urbano do País a receber o diploma de titulação foi o Quilombo da Família Silva, de Porto Alegre, em 2009.⁷

No dia 20 de novembro de 2012, sob as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra e da morte de Zumbi, foi publicada pela Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, a Resolução 8, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. No documento, a educação escolar quilombola se organiza e se fundamenta de maneira dinâmica, a partir: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) de festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o País; h) da territorialidade.

Nos primeiros artigos da citada resolução, em especial do art. 3º ao 5º, enfatiza-se que essa educação “[...] destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica”. Além disso, enfatiza-se que a educação escolar quilombola

[...] deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas. [...] deve garantir aos estudantes o direito de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, sua valorização e continuidade. (BRASIL, 2012).

Paulo Sérgio da Silva aduz que “[...] o discurso recorrente em diversos setores, academia, movimentos sociais, Estado, etc. é o de que a elaboração de políticas específicas para as comunidades de quilombos é importante na perspectiva de uma sociedade mais equânime”. (SILVA, 2008, p.187).

Contudo, nas palavras do autor, tem-se na prática outros problemas, “[...] já que a articulação de um arcabouço, no plano jurídico institucional [...]”, permite a ação de diversos atores sociais aliados ao crescente processo de mobilização e de organização social das comunidades negras rurais, que emergem como um novo grupo social na arena das disputas políticas. (SILVA, 2008). Atores que vêm intervindo, mas que encontram dificuldades em estabelecer uma relação simétrica de diálogo em negociações com setores políticos que, muitas vezes, por intermédio de seus mediadores, não levam em conta o discurso nativo. Os diálogos “[...] devem permitir a invenção de novos jogos de linguagem entre o Estado e a comunidade quilombola [...]” (SILVA, 2008, p. 191) e, igualmente, entre a escola, a universidade e a comunidade em questão. Como preconiza a ecologia dos saberes, em que as pressões dos grupos possibilitam e tencionam a elaboração de novos saberes. (GOMES, 2009).

A Resolução 8, publicada pela Câmara de Educação em 2012, possibilita, a partir de mediadores comprometidos com uma educação de qualidade, a inclusão de novos atores sociais nos “espaços de educação”, de modo a assegurar-lhes a melhora de suas condições materiais e a reprodução de seus valores subjetivos, com vistas a fortalecer e a respeitar suas identidades.⁸ São necessárias a sensibilidade e a competência dos mediadores, na elaboração de uma linguagem que permita um consenso entre os agentes envolvidos.

Propostas de inserções quilombolas em três regiões brasileiras

A primeira ação a ser destacada, oriunda da execução do projeto do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre, foi realizada em 2009, com desdobramentos até o ano 2014.⁹ Teve como meta a formação de monitores, para atuarem como mediadores/guias das atividades de ação educativa relacionada ao museu, diretamente relacionado com a história das populações negras.

O Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre, por sua relevância e originalidade, tem se destacado em recentes publicações, artigos acadêmicos e trabalhos de conclusão de curso (BITTENCOURT JÚNIOR; OLIVEIRA;

VILASBOAS, 2010; MATTOS, 2013; RUPPENTHAL, 2016; SOARES, 2017; VIEIRA, 2014).

O projeto, promovido pelo Programa Monumenta do Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o governo federal e a gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, contou com o apoio da Escola Pública de Saúde do Estado e ficou sob a coordenação do Grupo de Trabalho (GT) Angola Janga.¹⁰

A ação do projeto prevê, por etapas, a construção de obras monumentais na cidade e a formação de monitores, a fim de visibilizar-se a comunidade negra, que se tornou invisível ou estereotipada nos museus da cidade.¹¹

O convite para ser “Instrutor de História” da primeira etapa das atividades no Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre ocorreu em outubro de 2009 pela coordenadora pedagógica do projeto, Sandra Helena Maciel, integrante do GT Angola Janga.

Para Maciel:

O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, em sua concepção, prevê a capacitação de jovens negros, indicados pelas entidades que fazem parte do conselho gestor. Foram 18 jovens selecionados, inicialmente. Esses jovens tiveram aulas durante seis meses, de História do Movimento Negro, Turismo Étnico, Territórios Negros em Porto Alegre e Cooperativismo [...] (MACIEL, 2010, p. 12).¹²

Em contrato de prestação de serviços autônomos, ficou acertado que os encontros seriam realizados pelo período de 22 de outubro a 26 de novembro de 2009, com 30 horas-aula. Na função, deveria ser ministrada a disciplina de “História e Formação Urbana de Porto Alegre” para 18 monitores do projeto. Nessa primeira etapa, os monitores não eram quilombolas, mas sim jovens negros e negras moradores em bairros periféricos de Porto Alegre, selecionados diretamente pelas organizações negras apoiadoras.

Os alunos foram instigados a produzir seus saberes a partir de suas vivências e de seu presente, procurando, por meio das interpretações das fontes, possíveis compreensões sobre construções do passado. Como assevera Almeida (2013), deve ser observada a relação sujeito e objeto de conhecimento (a identidade entre sujeito e objeto). O sujeito não é mais elemento passivo nem simples receptáculo no processo cognitivo.

A função dos monitores/guias foi exercida por meio da mediação de visitas públicas guiadas ao roteiro do museu, que incluiu a apresentação de marcos, o contexto histórico dos locais em que os monumentos foram erguidos e a história de Porto Alegre envolta às territorialidades negras.

O primeiro marco construído do museu foi a obra o Tambor, inaugurada no dia 9 de abril de 2010. Os adolescentes monitores do Museu de Percurso do Negro, capacitados nas oficinas, seguiram diversos percursos e, durante a realização do Fórum Social Mundial de 2010 na cidade, apresentaram a obra aos visitantes. (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010).

“O tambor é um agente de comunicação e símbolo de preservação da unidade social, cultural e política das comunidades negras [...]” (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 118-119). O marco foi decidido entre os artistas plásticos Leandro Machado, Gutê e Pelópidas Thebano, Adriana Xaplin e Marcos Mattos. “O monumento do Tambor foi elaborado em grupo, resultado de como os artistas e memoriais afro-brasileiros, ao cartografar esteticamente os passos dos negros em terras brasileiras [...]” (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 129). O Tambor está situado na Praça Brigadeiro Sampaio, antigo local público da Forca, onde muitos negros condenados por desobediência ao sistema escravocrata eram mortos. Essas informações são repassadas pelos guias formados pelo projeto.

As aulas com os jovens foram realizadas na Escola de Saúde Pública. Durante um mês, os participantes desenvolveram atividades que lhes possibilitassem compreender a trajetória e a participação das comunidades negras, na formação urbana da capital do Estado do Rio Grande do Sul. No final dos trabalhos dos 18 jovens que iniciaram o curso, 15 se formaram como monitores/guias da primeira etapa do museu.¹³

Em 2014, novamente teve-se a possibilidade de compor a equipe da quarta etapa do Projeto do Museu, agora sob a coordenação pedagógica de Elza Vieira da Rosa. Esse momento é tratado neste artigo como uma educação e um espaço informal, já que os encontros foram nos espaços da Associação Comunitária do Quilombo Urbano Areal da Baronesa, sendo os futuros monitores jovens moradores do quilombo.

A realização da quarta etapa do Museu de Percurso contou com recursos oriundos do Prêmio Funarte de Arte Negra/Ministério da Cultura e Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial, e incluiu a execução da obra de arte pública Painele Afro-Brasileiro, além do lançamento de um catálogo e da formação de monitores no Quilombo Urbano do Areal da Baronesa.¹⁴

Durante três meses – entre julho e setembro do ano de 2014 –, foram realizadas, com os jovens, oficinas sobre “História da identidade negra e da cultura afro-brasileira”. A diferença da primeira etapa de formação para essa foi que o público a ser formado era composto exclusivamente por jovens quilombolas residentes no Areal.¹⁵

Desde os primeiros instantes, percebeu-se a necessidade de interagir de maneira dinâmica com os meninos e as meninas que teriam a incumbência de orientar o público visitante do Museu de Percurso.¹⁶

No início, notou-se que os jovens quilombolas, mesmo sendo moradores de um território de resistência – o Areal da Baronesa, reconhecido quilombo urbano –, estavam distantes de seu pertencimento identitário, não como moradores de um espaço histórico propriamente dito, mas de uma identidade ativa, assertiva e protagonista.

Portanto, essa situação gerou dois desafios: o primeiro, relacionado ao fortalecimento de suas autoestimas e o segundo, vinculado ao seu conhecimento sobre a identidade negra quilombola. Identidade construída ao longo de séculos por meio das organizações negras, bem como pelas ações de homens e mulheres (individual ou coletivamente) que, motivadas contra os estigmas e os estereótipos advindos com os séculos de escravidão, como diz Homi Bhabha (2007), mantiveram a resiliência na luta por dias melhores, propondo a afirmação de seu pertencimento étnico, político, cultural e econômico, em uma sociedade desigual.

Compreendeu-se que essas atividades deveriam ser qualificadas e não superficiais em torno de um conhecimento totalizante ou insuflador da negritude exacerbada e particularizada, mas sim de uma negritude política, com elementos para a compreensão da historicidade de ser negro em um mundo composto por tantos outros grupos étnicos.

Nesse sentido, optou-se por trabalhar conceitualmente termos tais como: cultura, identidade, quilombo, africanidades, ações afirmativas e territorialidade, no intuito de instrumentalizar esses jovens para exercerem sua cidadania, além de informar aos visitantes sobre os territórios simbólicos por que passaram as comunidades negras em Porto Alegre, representados

em obras já monumentalizadas do Museu, como o Bará do Mercado Público, o Tambor, a Pegada Africana e o Painele Afro-Brasileiro, que estava em fase de elaboração.

As oficinas tiveram os seguintes objetivos: 1) despertar seus participantes ao entendimento dos termos e conceitos utilizados à compreensão das relações étnico-raciais; 2) demonstrar as lutas históricas de grupos e indivíduos negros para a afirmação de sua identidade e na busca por seus direitos; 3) explicar como ocorreu a vinda forçada dos africanos para o Rio Grande do Sul, e abordar as influências dos povos africanos em nosso cotidiano, do passado à atualidade; bem como 4) contextualizar os territórios constitutivos do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre.

Os resultados das oficinas foram interessantes já que, a cada encontro, observavam-se nos jovens quilombolas novas motivações proporcionadas por suas participações, ocorridas por meio dos relatos de suas experiências cotidianas mediados pelos temas propostos à oficina.

Ressalta-se que os conceitos não foram somente teorizados, até porque esses adolescentes, entre 10 e 15 anos de idade, estavam no início ou no meio de sua formação escolar básica. Esses conceitos foram utilizados para se refletir sobre acontecimentos reais, embasados nas relações sociais existentes em sua escola e em sua comunidade. Com isso, as vivências dos participantes foram transformadas em conteúdos para o entendimento dos conceitos.

Na imagem que segue, apresenta-se a entrega dos certificados de participação aos quilombolas. A conclusão das oficinas ocorreu na Secretaria Municipal da Juventude de Porto Alegre, com discursos, músicas e um almoço comemorativo elaborado pelas mulheres do quilombo. Ao todo, 16 quilombolas se formaram como monitores da quarta etapa do Museu de Percurso do Negro.

Imagem 1 – Conclusão dos trabalhos com a entrega dos diplomas aos monitores quilombolas no dia 20 de setembro de 2014. Local: Secretaria Municipal da Juventude em Porto Alegre, RS



Fonte: <<http://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com.br/p/realizacoes.html>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Um dos espaços onde os monitores quilombolas formados passaram a conduzir a visitação ao público visitante, o Painele Afro-Brasileiro, localizado no Largo Glênio Peres, no Centro de Porto Alegre, em frente ao Mercado Público Central, foi inaugurado no dia 20 de novembro de 2014. O painele está em um local em que, no passado, antes da abolição, os negros e as negras porto-alegrenses comercializavam produtos da região, um território constituído por inúmeras relações coletivas de sobrevivência e de resistência. (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010). A concepção do monumento ficou a cargo do artista Pelópidas Thebano, e a execução foi feita pelo arquiteto Vinicius Vieira.

A partir das conversas com os quilombolas integrantes do projeto, teve-se a convicção de que todos compreenderam as informações e as dinâmicas propostas, já que, no final de cada encontro, solicitava-se um relato, a partir de suas experiências sobre os temas trabalhados. Assim, constituíram-se outras ferramentas de saber às suas percepções de serem afrodescendentes e negros conscientes de seu passado e sujeitos ávidos de agir em seu presente, para qualificarem seu futuro e, assim, assumirem e

reproduzirem o protagonismo da história de sua comunidade na cidade de Porto Alegre.

Em contato com Pedro Rubens Nei Ferreira Vargas, parceiro da Equipe do Museu, o projeto em 2018, mais uma vez, consta como um dos roteiros do projeto “Turismo a Pé”, da Prefeitura de Porto Alegre. (VARGAS, 2018).

A segunda vivência a ser demonstrada neste artigo foi realizada em 2017, na cidade de Marabá, no Estado do Pará, e visou ao processo de seleção e orientação de monitores universitários para prestarem auxílio aos alunos quilombolas, matriculados nos cursos de graduação da Unifesspa.¹⁷ O auxílio prestado pelos monitores escolhidos consistia em colaborar no cotidiano universitário dos discentes quilombolas, com a formação de grupos de estudos, o acompanhamento das leituras propostas às disciplinas, auxílios no acesso a formulários eletrônicos, bem como a utilização de *sites* acadêmicos e demais formas de integração dos quilombolas ao ambiente acadêmico.

Antes do lançamento do Edital para a seleção dos monitores, a Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais (DPROJ) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg) da Unifesspa promoveu, no mês de junho de 2017, uma série de reuniões com discentes quilombolas e docentes da instituição, objetivando adquirir sugestões desses grupos, a fim de que se chegasse à versão final de dois editais inéditos publicados pela universidade: Edital 10, de Monitoria Indígena e Edital 11, de Monitoria Quilombola, em que seriam disponibilizadas 12 bolsas para monitoria indígena e nove para quilombolas. Os encontros ocorreram sob a responsabilidade do Prof. Dr. Denilson da Silva Costa, diretor da Diretoria de Ensino (Drens), e de Gilmar Ramos da Silva, chefe da Divisão de Projetos Educacionais (Dipe).

Cabe destacar que a Unifesspa mantém uma política ativa de Ações Afirmativas nas regiões sul e sudeste do Pará, com bancas para verificação de cor em concursos, núcleo de acessibilidade e inclusão acadêmica, respeito ao nome social de seus ingressantes, núcleo N^o Umbuntu de estudos das relações étnico-raciais, cursos de especialização e seleção de ingresso de alunos especiais quilombolas.

Ademais, a Universidade vem seguindo as políticas instauradas, em consonância com a legislação em vigor, transformada a partir das reivindicações das populações negras e quilombolas, como já enfatizado no início do artigo.

O Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade, realizado na Universidade nos dias 14 a 16 de novembro de 2016, talvez tenha sido, até o momento, o evento catalizador das demandas afirmativas na Instituição.

Conforme as organizadoras do seminário,

o seminário constitui numa ação inicial para o tratamento de questões carentes de políticas e ações no âmbito acadêmico-administrativo das Pró-Reitorias que as efetivam, de modo a atender ao anseio da comunidade acadêmica e de grupos de pesquisa e extensão que a muito discutem as temáticas propostas. (FERNANDA; GUIDO; SOARES, 2016, p. 6).

Na programação do seminário, ocorreram palestras, plenárias e atividades culturais, além da reunião de GTs, com o objetivo de discutir e propor ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de contribuir para a política de acesso e permanência na Unifesspa, por meio das políticas de ações afirmativas. (FERNANDA; GUIDO; SOARES, 2016, p. 8-9).¹⁸

Sobre a questão quilombola, tema deste artigo, o GT 2 – Ações Afirmativas Quilombolas contou com a presença de discentes da Universidade, oriundos das Comunidades Quilombolas de Umarizal e Nova Jutai, vinculados aos cursos de História, Saúde Coletiva, Sistema de Informação, Ciências Biológicas, Letras, Agronomia, Engenharia da Computação, Direito e Engenharia Mecânica, além de uma presidente da Comunidade de Nova Jutai e de um técnico educacional da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex).¹⁹

No âmbito do ensino, o GT Quilombola, contando com a participação efetiva de quilombolas, sugeriu várias demandas. Dentre essas cobranças, “a orientação acadêmica articulada com a realidade”. Entende-se que o Edital de monitoria quilombola é, em parte, um atendimento dessas cobranças, já que ele incide nitidamente nas ações de extensão e de ensino expostas nas reivindicações dos participantes do Seminário de Ações Afirmativas.

Diante disso, na primeira reunião, realizada no dia 13 de junho de 2017, o Prof. Denilson disse que

o objetivo da Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais e da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação é construir bases sólidas para que a Monitoria Indígena e a Monitoria Quilombola possam efetivamente contribuir para a melhoria das condições de permanência e sucesso acadêmico dos discentes indígenas e quilombolas na Unifesspa.²⁰

Ressalta-se que a Unifesspa destinou o edital para monitores quilombolas e indígenas, mas que a experiência narrada neste artigo, em especial, enfatiza as ações afirmativas quilombolas, jamais considerando menos importante as questões dos povos indígenas.

Tanto os grupos quilombolas quanto indígenas são comunidades tradicionais. Os povos e comunidades tradicionais são definidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.²¹

No dia posterior, 14 de junho de 2017, ocorreu uma reunião com os professores interessados em orientar os monitores quilombolas. Na ocasião, cada docente apresentou os motivos de seu interesse em monitorar alunos para atendimento dos quilombolas matriculados na Unifesspa.

No mês de julho, no dia 5, ocorreu nova reunião entre os docentes para os ajustes dos critérios para seleção de monitores. Ficou definido que poderiam concorrer quilombolas e discentes interessados na temática; todavia, na seleção, um representante quilombola matriculado na Universidade deveria acompanhar a comissão avaliadora e participar como membro efetivo dela.²²

As ferramentas escolhidas para a concorrência foram redação escrita, entrevista e análise de documentação. Foram abertas vagas remuneradas e voluntárias. O processo seletivo ocorreu também em São Félix do Xingu e em Rondon do Pará, cidades onde se localizam Campus da Unifesspa.²³

No dia 11 de julho de 2017, foram realizadas as provas para selecionar os monitores para atuarem nos cursos do Grupo número 1, referente à Pedagogia, Geografia Bacharelado, Geografia Licenciatura, Direito, Ciências

Sociais Licenciatura, Ciências Sociais Bacharelado e História Licenciatura, sendo que foram destinadas três vagas remuneradas e três voluntárias para esse grupo de disciplinas.²⁴ Contudo, o Edital foi planejado e executado de maneira rápida, o que incidiu na pouca procura de candidatos.

Em nossa concorrência, foi selecionada uma aluna do curso de Direito que, além de ter sido aprovada na avaliação da banca, desenvolve ações cotidianas para a permanência dos quilombolas, como prestação de auxílio de informática e auxílio na escolha de moradia aos calouros quilombolas, que não conhecem a cidade de Marabá. Essa desenvoltura na candidata foi importante para a sua seleção.²⁵

Em virtude de somente uma aluna ter sido selecionada, realizou-se na semana seguinte nova concorrência. Formada pelos mesmos avaliadores, preencheu-se, em nova seleção, as duas vagas remuneradas restantes. As alunas selecionadas foram Eliza Correa Santos e Juliana Alves de Souza, do curso de História, ambas com experiências em atividades de inclusão na Unifesspa, a primeira com bolsista de iniciação científica, no Núcleo N'Umbuntu – Núcleo de Relações Étnico-Raciais – e a segunda como bolsista do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (Naia). Quanto às vagas voluntárias, elas não foram preenchidas, possivelmente por serem menos atrativas, em um contexto de crise.

A partir do mês de agosto de 2018, teve início o cadastro dos orientadores e de seus respectivos orientandos às atividades das monitorias quilombolas.²⁶ Os monitores quilombolas das disciplinas do grupo, que se avaliou, seriam orientadas pelos Profs. Arilson dos Santos Gomes, Carlo Monti e Janailson Macêdo Luiz.

Conforme orientação do Edital, as atividades que os monitores teriam que desenvolver eram, entre outras: “Constituir elo entre discentes quilombolas com docentes e demais discentes, visando ao desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessárias para o êxito acadêmico dos discentes quilombolas.” (EDITAL SELEÇÃO DE MONITORES/PROEG/ UNIFESSPA, 11/2017).

No dia 16 de agosto de 2017, a Divisão de Projetos Educacionais (DPROJ/Proeg) e os docentes vinculados aos Programas de Monitoria Quilombola (e Indígena) realizaram uma reunião para planejar os próximos passos.

Na imagem a seguir, da esquerda para a direita, encontram-se à mesa: os docentes Arilson dos Santos Gomes, Maria Rita Vidal e Vinicius Vescovi; os representantes da Pró-Reitoria de Ensino Gilmar Ramos da Silva e Denilson Costa; os docentes Joseline Trindade e Carlo Monti.

Imagem 2 – Reunião com a Equipe de Docentes Orientadores do Programa Monitoria Quilombola e Indígena, realizada no Campus II da Unifesspa/ Marabá, PA



Fonte: <<https://proeg.unifesspa.edu.br/component/content/article.html?id=300>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Na ocasião, foi debatido o planejamento das atividades a serem desenvolvidas, já que se pretendia articular as ações da monitoria com as experiências das comunidades quilombolas (e indígenas) de origem dos alunos que frequentam a Universidade. Chegou-se à conclusão de que as ações somente poderiam ser desenvolvidas com a troca de saberes entre a academia e os ancestrais desses povos.

Devido a isso, a Proeg/Unifesspa – visando a qualificar as ações em torno das demandas quilombolas – realizou uma visita de campo ao Quilombo de Nova Juraí, em que, diante da comunidade, o Prof. Denilson Costa esclareceu o funcionamento da Instituição e expôs a necessidade de os membros do Quilombo ocuparem o espaço universitário.

Conforme a leitura dos primeiros relatórios de orientação da monitoria quilombola, cedidos pelo docente-membro da Comissão Avaliadora e de Orientação, Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti, da Faculdade de História, os trabalhos vêm sendo desenvolvidos pelo monitor em cronograma de 20 horas semanais, distribuídas em estudos dirigidos, auxílio aos formulários de matrícula e organização de rodas de conversas com a presença dos quilombolas para a atualização de seus cotidianos acadêmicos. Ao todo,

um total de quatro discentes quilombolas vem sendo atendidos regularmente. (RELATÓRIOS DE ATIVIDADES, 8/2017).

Entre as ações previstas para o ano de 2018, além do prosseguimento das atividades com alocação maior de recursos financeiros, está a realização de um curso de informática e de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para os discentes quilombolas (e indígenas).

A terceira vivência, institucionalizada como a anterior, foi realizada em janeiro de 2018 e, conforme o Edital 33/2017, constitui-se no processo específico de seleção de alunos quilombolas e indígenas para o curso de Pedagogia presencial da Unilab, situada em Redenção e Acarape, no Estado do Ceará.²⁷

As cidades de Acarape e Redenção são consideradas símbolos da abolição no Estado do Ceará, já que, nesses territórios, no dia 1º de janeiro de 1883, foram libertados os primeiros escravizados do País. A Vila de Acarape surgiu em 1868 e fica aproximadamente a 60 quilômetros de Fortaleza. (PINHEIRO, 2011).

Redenção, emancipada de Acarape, fica a 65 km da capital Fortaleza. Nos seus espaços:

[...] é recorrente a alusão espacial aos fatos históricos que tiveram lugar na cidade, sendo o principal deles a libertação de cerca de 150 escravizados em fins do século XIX, antecipando-se em cinco anos à Lei Áurea. Diferencia-se, uma vez que a cidade não apenas “contém”, mas “conta o seu passado” numa linguagem particular. (MACIEL, 2017, p. 191).

A abolição, contudo, não foi fruto de uma escravidão benevolente. No Ceará, também ocorreram resistências de escravos, com dinâmicas comuns à sua produção econômica e às suas relações sociais. Por se tratar de uma economia diferente, sem farta produção de açúcar e pau Brasil, muitos escravizados não vieram diretamente da África, como em locais onde essa mão de obra era numerosa. Por isso, como analisa Tshombe L. Miles (2011), esses escravizados tendiam a nascer nas fazendas de gado, sendo rapidamente aculturados e mantendo contato com pessoas livres. Contudo, os mais radicais, “que não queriam seguir as regras, formaram comunidades quilombolas no Ceará [...]”. (MILES, 2011, p. 65).

A criação da Unilab nessa região do Brasil representa o reconhecimento dessa memória abolicionista, bem como os desafios para atenuar os reflexos de uma liberdade tardia, no cotidiano das populações afrodescendentes.

O curso de Pedagogia da Unilab, na modalidade presencial, realiza suas aulas no Campus Palmares, situado na cidade vizinha de Redenção, Acarape. Ambas as cidades estão localizadas no Maciço do Baturité.²⁸ Na seleção do Edital, foram ofertadas seis vagas para quilombolas (e cinco vagas para indígenas).

A Comissão Avaliadora foi composta pelos docentes da Unilab, Eliane Costa dos Santos (presidente), Patrício Carneiro Araújo, Rosângela Ribeiro da Silva, Arilson dos Santos Gomes e Jacqueline da Silva Costa. E, a exemplo do Edital da Unifesspa, contou com a presença de alunos quilombolas, no processo de seleção como secretários. (PORTARIA PROGRAD/ UNILAB, 1/2018).

A presidente da comissão, Profa. Dra. Eliane Costa, é coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial (NPIR) da Unilab. O NPIR tem como objetivo atuar com a coordenação de Políticas Afirmativas (Copaf) e a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae) da Unilab – em colaboração com os demais núcleos que a compõem –, para desenvolver ações destinadas à promoção e à valorização da igualdade étnico-racial (respeito à diferença) e proteção dos direitos de indivíduos e grupos afetados por atitudes de discriminação e preconceito e demais formas de intolerância por motivação étnica ou racial.

Os instrumentos avaliativos para a seleção constituem-se de realização de uma prova escrita e na entrega antecipada do memorial descritivo. Na prova escrita, aplicada no dia 15 de janeiro de 2018, compareceram 11 quilombolas, de um total de 12 inscritos (e cinco indígenas, de um total de seis inscrições homologadas).

Os alunos quilombolas representavam as seguintes comunidades remanescentes: Comunidade Quilombola do Alto Alegre, Comunidade do Sítio do Veiga, Comunidade do Córrego dos Lús, Comunidade Quilombola do Pacajus, Comunidade de Porteiras e Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, esta localizada nas proximidades da Unilab.²⁹

Antes do sorteio dos temas, a Comissão Avaliadora esteve reunida. Como todos os participantes tinham suas pesquisas voltadas para um diálogo entre educação das relações étnico-raciais, antirracismo, intolerância religiosa, políticas públicas, ações afirmativas, africanidades, história e cultura afro-brasileira, antropologia das populações afro-brasileiras, inclusão e diversidade

e seus concursos para a Unilab foram todos em torno dessas temáticas, havia plena consciência, por parte da comissão, de se estar vivenciando um momento relevante dentro de uma universidade que surgiu no contexto das demandas do movimento social negro e da promulgação das Ações Afirmativas brasileiras.

Os temas dos pontos de prova foram os seguintes: a) juventude quilombola na Unilab: avanços e perspectivas; b) formação de professores(as) para a Educação Escolar Quilombola no Ceará; e c) território e territorialidade quilombola: riquezas culturais existentes em espaços escolares e não escolares. O tema sorteado para a avaliação foi o terceiro.

Após a aplicação das provas, seguiram-se suas correções e, em seguida, houve a leitura dos memoriais. O trabalho da Comissão foi coletivo, tanto das avaliações escritas quanto das avaliações das trajetórias dos candidatos e das candidatas que, de memorial a memorial, foram sendo apreciadas. Na próxima imagem, da direita para a esquerda, os Profs. Jaqueline da Silva Costa, Patrício Carneiro Araújo e Eliane Costa, integrantes da Comissão Avaliadora, aparecem concentrados na análise dos documentos da seleção.

Imagem 3 – Imagem de trabalho da Comissão Avaliadora do processo seletivo, conforme o Edital 33/2017 realizado no Campus Palmares em Acarape, CE



Fonte: Arquivo de imagens do autor (2018). Créditos: Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva.

No final do processo, diante da qualidade dos trabalhos – em que pese algumas dificuldades de escrita dos candidatos –, todos os participantes foram aprovados, sendo necessária a utilização dos critérios de desempate para a publicação da ordem de classificação final.

Como o edital previa a entrada de seis alunos quilombolas (e cinco alunos indígenas), todas as vagas foram preenchidas no primeiro processo específico de seleção de alunos quilombolas (e indígenas) para o curso de Pedagogia presencial da Unilab, primeira seleção do gênero realizada na instituição.

O próximo passo dos selecionados foi a matrícula, no final de janeiro de 2018. Outro passo importante, no aperfeiçoamento dessa seleção, foi a proposta de criação da Comissão de Acompanhamento, que visa a qualificar o acesso e a permanência desses novos ingressantes no curso de Pedagogia da Unilab.

Considerações finais

Incitado pela atuação docente em diferentes estados, em que as temáticas da história e da cultura afro-brasileira foram constantes, este trabalho demonstrou como as Ações Afirmativas em torno das questões quilombolas foram e estão sendo desenvolvidas em três regiões brasileiras. Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul; Marabá, sudeste do Pará, e Redenção e Acarape, região do Maciço do Baturité no Ceará.

No desenvolvimento do trabalho, evidenciaram-se as Ações Afirmativas, como um processo histórico de luta e de reivindicações das populações negras, discutiu-se o termo quilombo e os elementos atinentes à educação quilombola e, por fim, demonstrou-se, por meio de relatos de experiências consubstanciados por documentos e com uma bibliografia pertinente, a origem, o desenvolvimento e os resultados dessas ações.

Na vivência de Porto Alegre, teve-se, por meio das atividades do Museu de Percurso do Negro, o acesso de jovens negros e negras da periferia e de jovens do Quilombo Urbano do Areal da Baronesa a um projeto que lhes possibilitou conhecer a trajetória de sua comunidade e a elevar sua autoestima. Desse modo, foi possível auxiliá-los na monitoria a ser realizada ao público visitante dos marcos do museu, que versam sobre a trajetória da comunidade negra em uma capital. Nada mais interessante e justo que os agentes operantes dessa visita realizassem a mediação, a partir dos marcos monumentalizados com o público, já que esses monitores não são meros

espectadores de uma história congelada ou de uma identidade fixa. Eles carregam e são membros pertencentes de uma comunidade remanescente de quilombos com passado e presente, sendo as suas vivências legítimas para a execução de uma atividade propiciada pelas políticas de fomento instauradas pelas demandas das Ações Afirmativas.

Na segunda e na terceira vivências narradas, destacaram-se as políticas de Ações Afirmativas quilombolas, no universo acadêmico. Na primeira, realizada na Unifesspa, em Marabá, foram selecionados monitores para auxiliarem os ingressantes quilombolas no cotidiano acadêmico. Destaca-se que a Instituição, desde 2014, comporta política exclusiva de acesso por meio de processo seletivo especial, para que alunos quilombolas (e indígenas) ingressem na graduação de forma diferenciada. Portanto, a Instituição, atenta para a formação continuada, passou a acompanhar a trajetória desses discentes por meio do programa de monitoria quilombola (e indígena).

Quanto à Unilab, o processo de seleção ao curso de Pedagogia para alunos oriundos das comunidades remanescentes de quilombos (e indígenas) se constituiu como o princípio dessa modalidade de ingresso, em uma instituição criada por meio das políticas de Ações Afirmativas, o que significa a consolidação e a efetivação de uma ação institucional que deve ser fortalecida. Diante disso, a Unilab criou uma Comissão de Acompanhamento desses discentes, a fim de qualificar o acesso, a permanência e o futuro sucesso dos ingressantes, como uma das ações afirmativas desenvolvidas no âmbito da universidade.

O projeto do Museu de Percurso do Negro, de Porto Alegre, por meio da formação de jovens monitores; o programa de Monitoria da Unifesspa, por meio do acompanhamento dos alunos ingressantes à graduação, e o processo de seleção ao curso de Pedagogia da Unilab, por meio do ingresso de quilombolas e indígenas ao curso de Pedagogia têm em comum, além do atendimento a esses grupos, a aplicação de políticas de Ações Afirmativas. Essas situações cumprem as leis em vigor com vistas a diminuir, a partir de oportunidades a grupos historicamente prejudicados, as diferenças culturais, étnicas, sociais e econômicas presentes em nossa sociedade.

Todos esses projetos continuam em andamento, com avaliações e aperfeiçoamentos, já que os desafios são muitos. Como agente mediador envolvido nessas três ações, pude constatar *in loco* que foi respeitado todo o princípio inerente à identidade dos remanescentes de quilombos, sua tecnologia, cosmovisão e reprodução material, tendo sido esses sujeitos ativos

nos programas e projetos, contribuindo, participando e protagonizando em todos eles. Isso evidenciou que as ações, muito longe de assistencialismos, constituíram-se práticas políticas legítimas advindas das pressões políticas organizadas pelas comunidades tradicionais, localizadas nas três regiões apontadas. Conclui-se que o protagonismo quilombola é fundamental para a superação da monocultura do saber, na construção de uma ecologia dos saberes, que potencialize a educação das relações étnico-raciais bem como para a institucionalização das políticas de Ações Afirmativas na sociedade e nas universidades brasileiras.

Notas

¹ Das fugas, resistências e alianças escravas, os quilombos e mocambos, às irmandades antes e pós-abolição, os clubes sociais negros, as Frentes Negras espalhadas pelo País (1931-1937), a União dos Homens de Cor (1943), a Convenção do Negro (1946), a Conferência do Negro (1949) e o Congresso Nacional do Negro (1950), organizados pelo Teatro Experimental do Negro (1944-1966), ao Primeiro Congresso Nacional do Negro, organizado pela Sociedade Floresta Aurora, os grupos organizados negros lutaram e negociaram sua inserção cultural, política e social no Brasil.

² Lélia Gonzales tornou-se professora universitária na área de Ciências Sociais; integrante do Movimento Negro Unificado, foi uma das fundadoras do N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras em 1983. Participou de congressos nos Estados Unidos, em países da África, do Caribe e da Europa; denunciava a democracia racial no País e no Exterior.

Em 1982, candidatou-se à Câmara Federal, sem sucesso. Contudo, a participação das mulheres negras nas eleições passa a ser uma realidade.

³ Desde 1988, a Fundação Cultural Palmares (FCP) já emitiu mais de 3 mil certificações para comunidades quilombolas. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do governo federal. É referência na promoção, no fomento e na preservação das manifestações culturais negras, bem como no apoio e na difusão da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

⁴ Em 2001, foram dados os primeiros passos para a implementação de reserva de vagas em instituições públicas de Ensino Superior pelas universidades

estaduais da Bahia, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul. A primeira universidade federal a adotar cotas para negros e indígenas foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Em 2007, segundo o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 51 instituições de ensino já haviam adotado políticas de ação afirmativa, entre universidades estaduais e federais, faculdades, centros universitários e institutos federais superiores.

⁵ A Lei Federal 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12.711.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁶ A lentidão no processo de titulação se deve muito às disputas políticas. O direito dos quilombolas à terra é assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 4.887/2003. O texto teve a sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo PFL (atual Democratas) em 2004. O julgamento começou em 2012 e ficou suspenso no STF por várias vezes, sendo a última no dia 9 de novembro de 2017. No dia 8 de fevereiro de 2018, após 14 anos, por 10 votos a favor e um contrário, os ministros do STF mantiveram todas as regras do texto em vigor desde 2003.

⁷ Os atuais integrantes dessa coletividade são descendentes de negros oriundos do interior do Rio Grande do Sul que ali se instalaram, em meados do século XX. “Foi

a instalação no local, que hoje é conhecido como bairro Três Figueiras, que possibilitou aos seus antepassados territorializarem-se, isto é, projetarem sobre um espaço físico e geograficamente delimitado, suas práticas de resistência e de autonomia em relação à sociedade envolvente”. (CARVALHO, 2006, p. 39).

⁸ Os espaços de educação tratados neste artigo são as organizações da sociedade civil (GT Angola Janga/Associação do Quilombo do Areal da Baronesa) e as universidades Unifesspa e Unilab, locais que, por metodologias e níveis diferentes, mas de igual importância, possibilitam a promoção da educação.

⁹ Os primeiros esforços para colocar em prática ações que iriam ser materializadas no projeto do museu aconteceram no final da década de 1990, quando diversas organizações do movimento negro reuniram-se no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, para discutir o I Seminário para a Organização de um Centro de Referência Afro-Brasileiro. (VARGAS, 2013).

¹⁰ O GT Angola Janga é uma organização do movimento social surgida em Porto Alegre, na década de 1990. As outras entidades negras participantes do Projeto são a Associação Cultural Quilombo do Areal, Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (Iacoreq), Associação dos Amigos do Bairro Cidade Baixa e Arredores (Mocambo) e a Congregação em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (Cedrab), RS.

¹¹ As outras etapas do Museu foram: a segunda, a Pegada Africana (2011), a terceira, a obra de arte Bará do Mercado (2013) e a quarta, a obra de arte pública Painel Afro-brasileiro (2014). Disponível em: <<http://museude>

percursodonegroempertoalegre.blogspot.com.br/p/textos.html>. Acesso em: 16 jan. 2018.

¹² Disponível em: <<http://museudepercursodonegroempertoalegre.blogspot.com.br/p/textos.html>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

¹³ O processo de criação do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre implica a observação histórica sobre a trajetória da museologia, antes tradicional e voltada para as coleções em espaços edificadas para novos conceitos e perspectivas; em que outras compreensões como a origem da instituição museu no tempo-espaço, bem como as populações e o patrimônio passam a compor o fenômeno observável pela Museologia Social.

¹⁴ No Estado do Rio Grande do Sul, tem-se no trabalho das charqueadas uma larga utilização do trabalho escravo. Os escravos e seus descendentes estabeleceram domínios territoriais nos mais variados rincões do Rio Grande do Sul e preservaram características consideradas singulares e próprias desses agrupamentos étnicos remanescentes da escravidão. Essas comunidades são designadas, atualmente, como remanescentes de quilombos.

¹⁵ O espaço mais característico da estigmatização urbana de Porto Alegre foi aquele designado por “Areal da Baronesa”. O termo designava a antiga chácara da Baronesa do Gravataí, vasta área que cumpria um papel próximo ao das citadas “emboscadas”: em parte cobertas por um matagal espesso, as terras da Baronesa do Gravataí eram procuradas pelos negros fugidos da escravidão, que lá iam se esconder (PESAVENTO, 1999). O Quilombo Areal da Baronesa foi reconhecido em 2004 pela Fundação Palmares e em 2014 titulado pelo Incra.

¹⁶ Foram escolhidos 17 alunos por intermédio da Associação Comunitária do Quilombo do Areal. Todos os participantes da oficina eram matriculados no turno da manhã em escolas da rede pública de Porto Alegre; por isso, as formações ocorriam à tarde, no turno inverso.

¹⁷ Entre abril de 2016 e agosto de 2017, atuei como Professor na Unifesspa. Com sede no município de Marabá (PA), a universidade foi criada no dia 6 de junho de 2013, com a vigência da Lei Federal 12.824, de 5 de junho de 2013, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: <<https://www.unifesspa.edu.br/index.php/inst/historico>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

¹⁸ Os GTs do Seminário foram: GT 1 – Ações Afirmativas para Negros em Educação, GT 2 – Ações Afirmativas para Quilombolas, GT 3 – Ações Afirmativas para Indígenas, GT 4 – Ações Afirmativas para Diversidade de Gênero e Sexual, GT 5 – Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiência, GT 6 – Ações Afirmativas para Camponeses.

¹⁹ O GT Quilombola é representativo na universidade paraense haja vista que a primeira terra titulada no Brasil está localizada na cidade de Boa Vista (Oriximiná, PA), quando, no ano de 1995, 112 famílias quilombolas tiveram suas terras conquistadas (CPISP, 2014). Os quilombos na Amazônia remontam ao período colonial. As disputas coloniais entre espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, ocasionavam possibilidades de resistências.

²⁰ Disponível em: <<https://proeg.unifesspa.edu.br/component/content/article.html?id=289>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

²¹ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que->

sao-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 15 fev. 2018.

²² A Comissão avaliadora da Monitoria Quilombola e Indígena foi composta por professores de diversos cursos da instituição (PORTARIA 14/2017 PROEG UNIFESSPA, 4 de julho de 2017).

²³ Na concepção inicial, a Unifesspa já nasceu como universidade multicampi, sendo constituída pelo Campus de Marabá (sede) e os Campi de São Félix do Xingu e Rondon do Pará. Os outros Campi são o de Santana do Araguaia e Xinguara. Disponível em: <<https://www.unifesspa.edu.br/index.php/inst/historico>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

²⁴ A Comissão Avaliadora para ingresso de Monitores Quilombolas, nesses cursos foi formada por Arilson dos Santos Gomes, Janaílson Macêdo Luiz e Carlo Guimarães Monti, professores do Curso de História. O discente presente para conferir e avaliar os trabalhos foi Kennedy Coelho da Paixão, do Quilombo de Nova Jutá.

²⁵ A aluna Paula de Menezes, atualmente, preside a Associação dos Discentes Indígenas e Quilombolas da Unifesspa (Adiqui-Unifesspa). Disponível em: <<https://www.unifesspa.edu.br/index.php/noticias/2145-estudantes-indigenas-e-quilombolas-conquistam-representatividade-dentro-da-unifesspa>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

²⁶ Os docentes responsáveis pelo Programa Monitoria Quilombola foram: Arilson dos Santos Gomes, Carlo

Guimarães Monti, Daniel Moreira Saturnino, Janaílson Macêdo Luiz, Joseline Simone Barreto Trindade, Rafael Ramon Fonseca Rodrigues, Sidnei Cerqueira dos Santos e Vinícius Vescovi (PORTARIA 16/2017 PROEG/ UNIFESSPA, 4 de julho de 2017).

²⁷ Com sede na cidade de Redenção, no Ceará, a Unilab foi criada pela Lei 12.289, de 20 de julho de 2010 e instalada em 25 de maio de 2011. As atividades da Unilab se concentram nos Estados do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a Unilab está presente no município de São Francisco do Conde.

²⁸ A região do Maciço do Baturité está localizada no sertão central do estado, distante aproximadamente 60 km de Fortaleza. É formada pelos municípios de Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara e Barreira. Nessa região, estão situados os povos indígenas Kanindé, Jenipapo Kanindé, Pitaguari e o quilombo Serra do Evaristo.

²⁹ No Estado do Ceará, encontram-se 32 comunidades remanescentes de quilombos, em processo de titulação, com destaque para a Comunidade da Serra do Evaristo, já certificada pela FCB, localizada no Maciço do Baturité (CPISP, 2017). Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_mapa.aspx?UF=ce&VerTerras=r>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Referências

- ALMEIDA, Rodrigo Davi. *Ser professor de História: a importância da fundamentação teórica da prática docente*. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=157>>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- ANJOS, José Carlos Gomes; SILVA, Sergio Baptista da. (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: territorialidade negra urbana. In: BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho; VILASBOAS, Ilma Silva; SOUZA, Vinicius Vieira de. (Org.). *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010. p. 9-74.
- BRASIL. Resolução 8 do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2012.
- BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.
- BRASIL. *Resolução 8*, de 20 de novembro de 2002. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- CARVALHO, Ana Paula Comin. O quilombo da Família Silva. Etnização e politização de um conflito territorial na cidade de Porto Alegre/ RS. Prêmio ABA/MDA. *Territórios Quilombolas/ Associação Brasileira da Antropologia*. Brasília, 2006. p. 33-46.
- CPISP. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br>>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- EDITAL n. 11/2017 para monitoria quilombola da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Marabá, PA.
- EDITAL n. 33/2017 para processo específico de seleção de alunos quilombolas e indígenas para o curso de Pedagogia presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, CE.
- FERNANDES, Ana Paula de Souza Fernandes; GUIDO, Claudina Gomes; SOARES, Irani Santos. *Relatório do Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade da Unifesspa*. Marabá: Unifesspa, 2016. Disponível em: <https://proex.unifesspa.edu.br/images/conteudo/proex/Editais/Relatorio_Seminario_Acoes_Afirmativas_-_Setembro_2016.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FOLHA DE SÃO PAULO, novembro de 2016, s.p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1833844-menos-de-1-em-10-terras-quilombolas-no-brasil-recebeu-titulo-de-posse.shtml>>. Acesso em: 7 jan. 2018.
- GOMES, Nilma. Intelectuais negros e produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS,

- Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.419-442.
- GOMES, Arilson dos Santos. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2014.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. da Unesp; Ed. Pólis, 2005.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Revista Etnográfica*, Lisboa: Cria, v. IV, n. 2, p.333-354, 2000.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SILVA, Paula Bacellar e. A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Rev. Bras. Educ.* [online], v. 19, n.56, p. 141-163, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- MACIEL, Sandra Helena Figueiredo. *Capacitação de jovens negros*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://museudepercursonegroemportoalegre.blogspot.com.br/p/textos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- MACIEL, Wellington. Usos de uma cidade da liberdade: estudantes africanos em Redenção. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 189-201, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792017000100189&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- MATTOS, Jane de Rocha (Org.). *Museus e africanidades*. Porto Alegre: EDIJUC, 2013.
- MILES, Tshombe L. *A luta contra a escravidão e o racismo no Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011.
- MONTI, Carlo Guimarães. *Relatório de Atividades de Monitoria Quilombola 08/2017*. Marabá, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 56-64, 1995/1996.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto (Org.). *Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003.
- NUNES, Georgina Helena Lima. Espaços possíveis por onde cartografar quilombos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 197-219.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do outro no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.
- PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA E MÍDIA, 8., 2011. *Anais...* Guarapuava – PR: Unicentro, 2011.
- PORTARIA PROGRAD/ UNILAB, n. 1/ 2018. Redenção, CE, 2 de janeiro de 2018.
- PORTARIA PROEG/ UNIFESSPA, n. 14/ 2017. Marabá, PA, 4 de julho de 2017.
- PORTARIA PROEG/ UNIFESSPA, n. 16/ 2017. Marabá, PA, 4 de julho de 2017.
- RUBERT, Rosane A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In:

- SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 165-181.
- RUPPENTHAL, Franciele Renata. Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto “Territórios Negros”. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 162-171, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.03/5476>. Acesso em: 2 jan. 2018.
- SANTOS, Sales Augusto dos. “O negro no poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento Brasileiro In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). *O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 127-163.
- SILVA, Cidinha. *Ações Afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- SILVA, Paulo Sérgio da. Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p.183-196.
- SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; TRIGO, Rosa Amália Espejo; MARÇAL, José Antonio. Movimentos negros e Direitos Humanos. In: NUNES, Georgina Helena; GOMES, Arilson dos Santos; BAPTISTA, Jean Tiago (Org.). *I Copenesul – Congresso Regional de Pesquisadores Negros da Região Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2015. p. 243-265.
- SILVA, René Marc da. Identidade, territorialidade e futuro das comunidades rurais negras do Brasil. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 8, n. 80, p. 31-46, ago./set. 2006.
- SOARES, Karitha Regina. *Da força ao tambor: o Museu do Percurso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre*. Monografia (TCC em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- VARGAS, Pedro Rubens. O Museu de Percurso do Negro na perspectiva de seus idealizadores: os militantes do Movimento Negro. In: MATTOS, Jane de Rocha (Org.). *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edijuc, 2013. p. 85-100.
- VARGAS, Pedro Rubens. *Entrevista sobre as perspectivas do Museu de Percurso do Negro*. Porto Alegre, 2018.
- VIEIRA, Daniele Machado. Percursos negros em Porto Alegre: ressignificando espaços, reconstruindo geografias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória – ES. *Anais...* Vitória – ES, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404663795_ARQUIVO_DanieleMVieira.CBG2014.pdf>. Acesso em: jan.2018.
- VILASBOAS, Ilma Silva. Projeto museológico e museográfico. In: BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho; VILASBOAS, Ilma Silva; SOUZA, Vinicius Vieira de (Org.). *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010. p. 9-74.

